

Chiquinho Brazão diz que perdeu 21 quilos na prisão e pede 'domiciliar humanitária'

O deputado Chiquinho Brazão (sem partido) alega que perdeu mais de 21 quilos desde que foi preso, em março de 2024, e pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ser colocado em prisão domiciliar para cuidar da saúde. A defesa afirma que o quadro dele é grave e que os cuidados atuais no presídio são insuficientes. "Não se desconhece que corriqueiramente internos perdem peso ao ingressarem em estabelecimento prisional, contudo, há que se convir que a perda de peso do postulante foi muito significativa e tem sido

progressiva", alegam os advogados. Um laudo médico da penitenciária federal de Campo Grande atesta que o deputado tem "alta possibilidade de sofrer mal súbito com risco elevado de morte". Segundo o documento, Chiquinho Brazão tem alto risco cardiovascular, alta possibilidade de evolução do quadro para insuficiência renal e "oscilações importantes" causadas por diabetes. O deputado está sob os cuidados da equipe médica da Divisão de Saúde da penitenciária. Também tem acesso a consultas por telemedicina.

PF faz buscas na casa do 'Rei do Lixo' em investigação sobre desvio de emendas

O empresário José Marcos Moura, conhecido como "Rei do Lixo", foi alvo de buscas ontem, 3, em uma nova fase da Operação Overclean, que investiga desvios de emendas parlamentares.

O secretário de Educação de Belo Horizonte, Bruno Barral, também é investigado e foi afastado do cargo por ordem do ministro Kassio Nunes Marques, do STF, que é o relator do inquérito.

A Polícia Federal (PF) fez buscas em 16 endereços em

Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Aracaju. Esta é a terceira fase da Operação Overclean.

Segundo cálculos atualizados da PF e da Controladoria-Geral da União (CGU), o esquema de fraudes em contratos e superfaturamento de obras investigado na Operação Overclean movimentou cerca de R\$ 1,4 bilhão. Os contratos suspeitos envolvem prefeituras na Bahia, Tocantins, Amapá, Rio de Janeiro e Goiás.

Os crimes investigados são corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos, lavagem de dinheiro e obstrução da justiça.

A Polícia Federal afirma que o esquema envolveu negociação de propina com servidores públicos.

Os federais investigam agora se houve conluio com os deputados que indicaram as emendas. O inquérito foi enviado ao STF porque o deputado Elmar Nascimento

(BA), que tem foro privilegiado, foi citado. Ele nega irregularidades.

O "Rei do Lixo" é um personagem central da investigação. A PF afirma que ele tem uma ampla rede de contatos e influência política que usaria para facilitar o andamento dos contratos superfaturados. O empresário chegou a ser preso no inquérito, mas conseguiu habeas corpus para aguardar a conclusão da investigação em liberdade.

Câmara de SP aprova duas CPIs; enchentes e habitação social serão investigadas

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou quarta-feira, 2, a criação das duas primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) desta legislatura. Uma delas terá a missão de investigar as enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na Zona Leste da cidade. A outra irá apurar possíveis fraudes no programa de Habitação de Interesse Social (HIS).

O regimento da Câmara permite a instalação de até cinco CPIs simultaneamente. No entanto, a maioria dos vereadores decidiu limitar esse número a duas, alegando que um volume maior poderia comprometer os trabalhos da Casa. Em 2025, já foram protocolados 20 pedidos de abertura de CPIs.

Parlamentares do PSOL têm pressionado pela criação de novas comissões, incluindo uma para investigar possíveis abusos nos preços cobrados nos cemitérios. A CPI das Enchentes foi pro-

(Foto: Câmara Municipal de São Paulo)



posta pelo vereador Alessandro Guedes (PT), enquanto a CPI da Habitação de Interesse Social foi apresentada por Rubinho Nunes (União Brasil). Ambas as CPIs terão duração inicial de 120

dias, prorrogáveis por mais 120. Com a aprovação das comissões, os líderes partidários terão uma semana para indicar seus representantes, seguindo a proporcionalidade das bancadas. Cada CPI

contará com sete membros, e os presidentes dos colegiados serão os próprios autores dos requerimentos.

Durante a sessão plenária, o vereador Rubinho Nunes cobrou agilidade na definição

dos membros da CPI. "Tem empresa recebendo incentivo público para construir habitação popular e vendendo imóvel para quem está acima do limite permitido. Isso é fraude. A CPI vai investigar caso

de caso, expor os responsáveis e proteger quem realmente precisa de moradia acessível", afirmou

Segundo Rubinho, a expectativa é que os trabalhos da comissão tenham início com requerimentos de informações ao Executivo municipal, construtoras e cartórios. O objetivo é realizar uma varredura minuciosa nos contratos firmados com base nos incentivos e verificar se o público-alvo foi de fato respeitado, esclareceu.

Já o vereador Alessandro Guedes destacou que a proximidade do Jardim Pantanal com a cidade de Guarulhos torna a situação ainda mais complexa. "Nosso objetivo com essa CPI não é promover uma caça às bruxas ou apenas apontar culpados pelo sofrimento da população, embora essa questão também seja analisada. O foco principal é identificar e propor soluções para o problema das enchentes", afirmou.

Anvisa proíbe lâmpadas usadas em câmaras de bronzeamento

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu na quarta-feira, 2, o armazenamento, a comercialização, a distribuição, a fabricação e a importação, a propaganda e o uso de lâmpadas fluorescentes de alta potência utilizadas em equipamentos de bronzeamento artificial. A decisão tem o objetivo de conter a fabricação e a manutenção de câmaras de bronzeamento artificial para fins estéticos. Essas máquinas são proibidas no Brasil desde 2009, mas continuam sendo usadas em muitos lugares. Segundo a agência, algumas ações pontuais de Assembleias Legislativas Estaduais e Municipais estão aprovando, de forma irregular, o uso do equipamento. Em novembro de 2024, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 180/2024, que permite o uso de máquinas de bronzeamento

artificial para fins estéticos em estabelecimentos da cidade.

Na época, em reportagem do Estadão, a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) repudiou a decisão e enfatizou que o bronzeamento artificial aumenta o risco de câncer de pele, incluindo tipos como o carcinoma basocelular, espinocelular e melanoma, que podem se espalhar para outros órgãos. Segundo a entidade, a exposição às máquinas de bronzeamento apenas uma vez na vida eleva em cerca de 20% o risco de melanoma - o tipo mais agressivo de tumor de pele. Essa taxa salta para 59% se o uso ocorrer antes dos 35 anos. A SBD reforça que não é possível determinar um nível seguro de exposição aos equipamentos de bronzeamento e que eles devem permanecer proibidos no País, que já registra atualmente cerca de 220,5 mil novos casos de câncer de pele por ano.

Michelle usa blusa com dizeres 'anistia já' escritos em batom para convocar para ato em SP

Outras bolsonaristas, como as deputadas Bia Kicis (PL-DF), Caroline de Toni (PL-SC) e Rosana Valle (PL-SP), a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), a mulher do pastor Silas Malafaia, Elizete Malafaia, a vice-governadora do DF Celina Leão (PP), e influenciadoras de direita também gravaram declarações usando a mesma vestimenta. A estratégia adotada pelos bolsonaristas tem sido condensar a pauta em uma pessoa e um símbolo: a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos e um batom.

PUBLICIDADE LEGAL

VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.											
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024											
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					Passivo e patrimônio líquido						
Notas 31/12/2024 31/12/2023					Notas 31/12/2024 31/12/2023						
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas		
Ativo circulante				Passivo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.105	60.057	Fornecedores	10	49.510	9.873	Fornecedores	10	49.510	9.873
Contas a receber de clientes	6	102.037	52.967	Empreéstimos e financiamentos	11	570.692	189.820	Empreéstimos e financiamentos	11	570.692	189.820
Estoques	-	6.751	4.122	Arrendamentos a pagar	13	4.026	3.310	Arrendamentos a pagar	13	4.026	3.310
Tributos a recuperar	7	12.455	5.948	Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.531	3.034	Obrigações sociais e trabalhistas	-	1.531	3.034
Crédito de consórcio	8	15.153	11.410	Tributos a recolher	-	2.834	2.697	Tributos a recolher	-	2.834	2.697
Outros ativos	-	9.131	5.269	Outros passivos	-	4.468	2.598	Outros passivos	-	4.468	2.598
Total do ativo circulante		171.632	139.773	Total do passivo circulante		633.061	211.332	Total do passivo circulante		633.061	211.332
Ativo não circulante				Passivo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Empreéstimos e financiamentos	11	7.448	440.752	Empreéstimos e financiamentos	11	7.448	440.752
Aplicações financeiras	5	34.476	8.865	Arrendamentos a pagar	13	5.102	7.488	Arrendamentos a pagar	13	5.102	7.488
Títulos diferidos	19	39.270	17.938	Instrumentos financeiros derivativos	12	4.323	9.602	Instrumentos financeiros derivativos	12	4.323	9.602
Imobilizado	9	552.182	690.714	Reserva de capital	-	5.619	2	Reserva de capital	-	5.619	2
Direito de uso - Arrendamentos	13	8.919	10.725	Prejuízos acumulados	-	(76.669)	(35.225)	Prejuízos acumulados	-	(76.669)	(35.225)
Intangível	-	2.048	1.194	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.619	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.619	-
Total do ativo não circulante		636.895	729.438	Total do patrimônio líquido		158.593	200.037	Total do patrimônio líquido		158.593	200.037
Total do ativo		808.527	869.211	Total do passivo e patrimônio líquido		808.527	869.211	Total do passivo e patrimônio líquido		808.527	869.211
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.											
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)											
Capital social					Reserva de capital						
Notas	Subscrito	31/12/2024	31/12/2023	Capital social	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Reserva de capital	Notas		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		239.167	(9.526)	229.641	2	-	(8.667)	229.641	2	-	(8.667)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.619	5.619	5.619	5.619
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	5.619	5.619	5.619	5.619
Saldos em 31 de dezembro de 2023		239.167	(9.526)	229.641	2	-	(8.667)	229.641	2	-	(8.667)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.619	5.619	5.619	5.619
Aumento de capital	-	2	2	2	2	5.617	-	(41.444)	(41.444)	(41.444)	(41.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		239.169	(9.526)	229.643	2	5.617	(76.669)	(5.619)	158.593	158.593	(5.619)